

Anexo Metodológico

Os Indicadores de Desigualdade Racial têm como objetivo a seleção e organização de informações úteis e significativas, que expressem as discriminações existentes entre homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras, no Estado de São Paulo, de forma acessível aos usuários menos experientes no manuseio de base de dados. Nesse sentido, optou-se pela apresentação dos dados em tabelas e procurou-se utilizar as fontes de dados mais recentes.

Fontes de dados utilizadas

IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD

A maior parte dos indicadores origina-se dos microdados da PNAD de 2004, sendo setembro o mês de referência. Essa pesquisa investiga anualmente (com exceção dos anos censitários) diversas características relativas à população, educação, trabalho, rendimento e habitação. Complementarmente e com periodicidade variável, ela trata de outros temas. Em 2003, o Suplemento de Saúde permitiu a produção de indicadores relativos a esse assunto.

A amostra permite desagregação somente para o total do Estado (16.885 unidades domiciliares visitadas e 45.519 pessoas entrevistadas) e a Região Metropolitana de São Paulo (7.824 unidades domiciliares visitadas e 21.300 pessoas entrevistadas). Alguns procedimentos técnicos foram adotados:

- nas tabulações de dados, desconsideraram-se todos os casos registrados como ignorados ou sem declaração;
- como o número de casos é diferente para cada variável apresentada (rendimentos, escolaridade, doença crônica, consultas médicas, etc.), podem ocorrer pequenas variações nos totais apresentados em algumas tabelas;
- a indicação e a respectiva nota (...) - *Dado não divulgado* no final da tabela significam que o resultado do processamento apresenta erro amostral relativo superior a 30%;

- o peso utilizado para a expansão dos dados amostrais foi corrigido a fim de se obter o total populacional compatível com aquele estimado para o Estado de São Paulo, nas projeções elaboradas pela Fundação Seade.

IBGE: Censo Demográfico

Como a PNAD não permite desagregação dos dados ao plano dos municípios, com respeito ao tema população utilizaram-se as informações dos censos demográficos de 1991 e 2000 para caracterizar a evolução e a distribuição da população negra nos municípios e regiões do Estado. Além da importância de tais dados populacionais no cálculo de inúmeros indicadores, a distribuição espacial da população negra no Estado é pouco divulgada e constitui, portanto, informação de difícil acesso.

Fundação Seade: Estatísticas Vitais

As Estatísticas Vitais produzidas pela Fundação Seade a partir das informações das declarações de nascimentos e de óbitos, coletadas junto aos cartórios de registro civil dos 645 municípios paulistas, são a fonte principal para o cálculo de indicadores relativos a nascidos vivos e taxas de mortalidade. Desse modo, foi possível gerar tabelas não só para os municípios mas também para as direções regionais de saúde (DIRs).

Observações sobre os conceitos e critérios adotados

Para facilitar sua compreensão, sempre que possível, as tabelas são acompanhadas de notas técnicas que explicam os critérios utilizados no tratamento dos dados.

A exploração dos microdados das pesquisas do IBGE tem como base a conceituação das características investigadas pelo Censo Demográfico e PNAD (Notas Metodológicas da PNAD, 2004). O conceito de raça/cor aplicado nessas pesquisas é o de auto-identificação ou autoclassificação do entrevistado, utilizando-se cinco categorias, a saber: branca, preta, amarela (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de raça amarela), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com

pessoa de outra cor ou raça) e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia). Como as discussões teóricas sobre as questões raciais e as formas de captação desse atributo estão fora do escopo deste trabalho, considerou-se população negra o total de pessoas pardas e pretas. Esse critério decorre de definições para a obtenção de valores estatísticos consistentes com o nível de desagregação permitido das variáveis e da compatibilização, na medida do possível, da segmentação das variáveis em raça/cor, sexo e idade. Busca-se, também, facilitar a comparação do perfil da população negra paulista com outros sistemas que utilizam o mesmo critério.

Entretanto, diferenciou-se o tratamento da variável raça/cor para alguns indicadores. As taxas de mortalidade são calculadas para os brancos, pretos e pardos, dadas as diferenças importantes constatadas entre os dois últimos grupos. Vale lembrar que a identidade racial nas declarações de óbitos é atribuída pelos profissionais das entidades (hospitais, IML, etc.), conforme as seguintes categorias: branca, parda, preta, indígena e amarela. Apesar da melhoria da qualidade de preenchimento desse formulário, há ainda certo número de pessoas cuja identidade racial é ignorada. Além disso, existem imprecisões, pois os limites entre os diferentes grupos são fluidos e derivam, em grande parte, da classificação de cada um ou dos olhos de quem vê.¹

A despeito do percentual muito pequeno de pessoas amarelas e indígenas, algumas tabelas apresentam dados populacionais para brancos, pretos, amarelos, pardos e indígenas com o objetivo de informar a distribuição desses contingentes por raça/cor. Em todas as demais, os grupos populacionais de amarelos e indígenas estão inclusos no total da população.

1. Ao avaliar os resultados da tentativa de melhorar a captação do quesito raça ou cor pelo IBGE com vistas à realização do Censo 2000, Schwartzman afirma que “os resultados confirmam que o Brasil não tem linhas nítidas entre populações em termos de características étnicas, lingüísticas, culturais ou históricas, o que faz com que qualquer tentativa de classificar as pessoas de acordo com estas categorias esteja sujeita a grande imprecisão. Isto não significa, no entanto, que o tema não possa nem deva ser pesquisado em termos estatísticos, que permitem o entendimento de realidades amplas e significativas, ainda que de delimitação pouco nítida. Esta imprecisão não deve ser entendida como um erro que pudesse ser corrigido com uma categorização ou classificação mais precisa; mas como uma característica necessária de um dado que reflete percepções e identidades difusas, que podem inclusive variar para a mesma pessoa, conforme o contexto ou o tipo de questão que lhe é apresentada”. Schwartzman, S. *Fora de foco: diversidade e identidade étnicas no Brasil*. Novos Estudos, Cebrap 55, Novembro 1999, pp. 83-96. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pub_artigos.htm>